

MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVES CONTRIBUIÇÕES SOBRE A JUVENTUDE SEMIÁRIDA

Marcilio Batista Magalhães Moura¹

Emílio Tarlis Mendes Pontes²

RESUMO: O presente trabalho consiste em investigações preliminares do estudo de dissertação de mestrado, iniciado junto a pós graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará – UFC, que tem como intuito debruçar-se no contexto das análises das implementações das políticas públicas criadas no âmbito federal, em benefício da juventude rural, especificamente a semiárida, que corresponde aos jovens da faixa entre 15 e 29 anos, que ocupam os assentamentos rurais. Nele, pretende-se analisar como a juventude dos diferentes grupos sociais organizados, protagonistas da luta por territórios/terra para se fixarem e produzir, conseguem o desenvolvimento social e como o empenho destes, no debate político e social, pode ser um importante mecanismo no surgimento de políticas públicas ou na melhor aplicação das já existentes.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; Juventude Rural; Semiárido; Assentamentos; Protagonismo.

SOCIOTERRITORIAL MOVEMENTS AND PUBLIC POLICIES: BRIEF CONTRIBUTIONS ON SEMI-ARID YOUTH

ABSTRACT: The present work consists of initial investigations of the master's degree dissertation study, initiated with the postgraduate course in Geography at the Federal University of Ceará - UFC, which aims to focus on the context of analysis of the implementation of public policies created at federal level, for the benefit of rural youth, specifically the semi-arid, which corresponds to young people between 15 and 29 years old, who occupy the rural settlements. It is intended to understand how the youth of different organized social groups, protagonists of the struggle for territories / land to settle and produce, achieves the social development and how their commitment to political and social debate can be an important mechanism in the emergence of public policies or better application of existing ones.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: marcilio.mmouraa@gmail.com

² Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE – Campus Quixadá. E-mail: emilio.pontes@ifce.edu.br

KEYWORDS: Public Policies, Rural Youth, Semi-arid, Settlements, Protagonism.

MOVIMIENTOS SOCIOTERRITORIALES Y POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVES CONTRIBUCIONES DE LA JUVENTUD SEMIÁRIDA

RESUMEN: El presente trabajo consiste en investigaciones iniciales del estudio de disertación de maestría, iniciado junto a la posgraduación en Geografía de la Universidad Federal de Ceará- UFC, que tiene como propósito profundizarse en el contexto de análisis de la implementación de las políticas públicas creadas en el dominio Federal, en el beneficio de la juventud rural, específicamente la semiárida, que corresponde a jóvenes entre 15 y 29 años, que ocupan los asentamientos rurales. En él se desea entender como la juventud de los diferentes grupos sociales organizados, protagonistas de la pelea por territorios/ tierra para se quedar y producir, consiguen el desenvolvimiento social y como el compromiso de estos en el debate político y social puede ser un mecanismo importante en el surgimiento/ la aparición de políticas públicas o en la mejor aplicación de las ya existentes.

PALABRAS-CLAVE: Políticas Públicas; Juventud Rural; Semiárido; Asentamientos; Protagonismo.

INTRODUÇÃO

As lutas camponesas permeiam os espaços do sertão nordestino ao mesmo tempo em que remontam o século passado e narram o período que este espaço regional viveu e/ou conviveu com o domínio dos grandes proprietários de terra e coronéis. Contribuem para que entendamos o desenvolvimento dessas relações sociais a estrutura agrária e formas de poder atuais na região. Se no passado os elementos denotam um "Estado ausente" e/ou conivente com as ações coronelistas, hoje as relações de manutenção do poder estão permeadas em contextos mais complexos, no tocante ao desenvolvimento do capital, dos latifundiários e conseqüentemente do Estado.

Quando se resgatam às lutas camponesas, é necessário relatar o contexto histórico do movimento na formação da sociedade brasileira, que se destaca naquele momento com a passagem da monarquia para a república. Essas mudanças ocasionam a transitoriedade das relações de vivência/trabalho dos camponeses com seus respectivos patrões. Como ressalta a obra de Barreira

(1992), saía de cena o sertanejo preso às amarras do coronelismo, que marca as relações de vivência e trabalho do sertão semiárido, para a ascensão do camponês alicerçado nas igrejas e nos sindicatos de trabalhadores rurais. Logo, os mesmos, armadilhados em diversos conflitos sociais por terra, passam a ser conhecedores de seus direitos, o que desencadeia movimentos contestatórios e ações para garantir o direito de bem viver nas terras do sertão brasileiro.

Esses movimentos, que destacam-se pelos conflitos sociais na busca pelo acesso a terra e direitos, são marcas indeléveis na história de formação da sociedade brasileira, demonstrando que os camponeses não ficaram inertes aos processos que os afastam do direito de uso e exploração dos territórios rurais.

É importante salientar que a relação entre o campo e o engajamento social sempre fez parte do sujeito campesino, mas essa dualidade ganha corpo conforme as estruturas do campesinato vão ganhando mediação de entidades de amparo às questões camponesas, juntamente com a elaboração e aplicação das leis existentes, bem como, o entendimento desse cidadão camponês ocupando novos espaços nessas relações de poder e conseqüentemente participando efetivamente dos quadros políticos.

Apesar desse limiar histórico de participação efetiva nos movimentos que narram o sertão nordestino e são encorajadores para desembocadura de ramificações representativas e de contestação, vale salientar que os passos ascendentes, no contexto social e político, rompem com as lógicas narradas e tidas como vieses únicos e intransponíveis no sertão. Contudo, a lógica das juventudes, enquanto categoria social, enfrenta uma dualidade no desenvolvimento histórico. A juventude urbana esbarrava nas leituras que a colocava enquanto peça problema, apesar dos movimentos sociais juvenis que surgem no século XX e XXI, com destaque ao movimento secundarista da UNE, que são elementos constitutivos da consciência política e do protagonismo juvenil. Em particular, a juventude rural, inicialmente, estava inserida como quadro

subsidiário nas lutas camponesas, obedecendo a uma lógica hierárquica de participação no rural e nos espaços de poder.

Essas configurações da categoria juventude estão intimamente ligadas aos movimentos de consolidação dos jovens enquanto “sujeitos de direitos” (TRINDADE, 2009, p. 99) que em linhas gerais, ocorre apenas a partir dos anos 2000, quando a conotação jovem ganha outros contornos no cenário nacional, com a leitura desses jovens como atores sociais e estratégicos. Sendo assim, as discussões iniciadas sobre a resolução de problemas e desenvolvimento de políticas públicas da juventude, deram-se nos espaços legítimos, dos quais estão o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), criados no ano de 2005 (TRINDADE, 2009).

Os espaços políticos criados pelo CONJUVE e SNJ, atrelados a inserção nas organizações da sociedade civil, bem como movimentos sociais e socioterritoriais, sejam eles camponeses ou urbanos, serviram para legitimar esses jovens como sujeitos de direitos e aprofundar os debates relacionados à temática nos diversos segmentos que eles ocupam na sociedade. Nesse sentido, este artigo pretende contribuir com a indicação de algumas políticas públicas em benefício da juventude.

SEMIÁRIDO, MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E JUVENTUDE

A construção do semiárido no imaginário social e científico perpassa pela quebra de paradigmas e de narrativas literárias, como a obra *Os sertões* (CUNHA, 1902), que contribuiu para que haja uma mentalidade coletiva que põe o sertão como uma região problema, correlacionando as mazelas sociais e o seu clima, como responsáveis pelo atraso e adversidades vivenciadas nessa porção do território nacional.

Essa ideia de sertão, que permeou o pensamento social e político no imaginário nacional, tende a homogeneizá-lo como uma região problema e leituras errôneas de que o sertão central do Ceará seja fidedignamente igual ao

sertão pernambucano. As duas expressões antagônicas detentoras de orientações paradigmáticas distintas, promovem a discussão em torno de um importante elemento: a questão agrária brasileira, as conformidades e conflitos desencadeados nas inter relações entre os grupos sociais envolvidos e as tentativas de imposição dos seus modelos desenvolvimentistas. No ínterim, das disputas e consequências do desenvolvimento do modelo capitalista, culminou na concentração fundiária e nas diferentes condições do trabalhador rural que não possui direito a terra. Prado Jr (1979, p.18) concebe essa disposição como um dos componentes para situar a questão agrária.

“situar a questão agrária brasileira e colocá-la em seus devidos termos, que vem ser, em primeiro e principal lugar, a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo da estrutura agrária do país, cujo o traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária.” (PRADO JR, 1979 p. 18).

Dentro dessa problemática, quando se cita a terra e a água, leva-se a pensar às características gerais do processo de ocupação e concentração fundiária no país. Dessa forma, observa-se que as grandes propriedades estão localizadas em terrenos com melhores condições, sendo parte delas próximas aos cursos de água. Nesse sentido, Prado Júnior (1979, p.17) ressalta que: “uma tal estrutura e distribuição da propriedade fundiária - aliada à circunstância em geral é a grande propriedade que ocupa as terras mais favoráveis, seja pelas qualidades naturais, seja pela localização”, e é nesse âmbito que as relações de poder estão permeadas, seja pela disposição de bens ou pela concentração deles, pois como aborda Malvezzi (2007), o controle da água e da terra são dois elementos que associados resultam na representação da sociedade nordestina, ou seja, a representação intrínseca ao semiárido nordestino, concentradora de bens e de poder.

É na diferenciação dos sujeitos sociais inseridos no semiárido, assim como nos direitos e posses que cada um deles detém nos territórios rurais, que estão

pautadas as conflitualidades existentes entre os dois grandes grupos sociais citados anteriormente. Esse aspecto, faz emergir um debate de dois modelos paradigmáticos existentes no Brasil: o Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário. O primeiro, pautado numa leitura marxista, visando a compreensão das contradições existentes no modelo capitalista e nas denúncias das problemáticas geradas por ele para a diversidade de grupos sociais inseridas no campo e o segundo, inserido na lógica do sistema capitalista, que visa uma maior concentração da propriedade fundiária e dos lucros proporcionados pelos quinhões territoriais.

Essas discussões são partes intrínsecas dos diferentes espaços, além de estarem inseridos na realidade do Semiárido Brasileiro, que segundo a delimitação (Figura 1) fixa pelo Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), através das resoluções 107 e 115/2017, possui a abrangência de 1.262 municípios brasileiros, compostos por representantes dos 09 (nove) estados nordestinos e alguns localizados ao norte de Minas Gerais. A demarcação foi definida com base em aspectos técnicos, físicos e sociais, com o intuito de criar um espaço que contemplasse os municípios assolados diretamente com as problemáticas das estiagens, do déficit hídrico e que obedecesse aos padrões impostos para a semiaridez.

Destaca-se que a delimitação técnica é também um elemento político no semiárido, seja no sentido das reivindicações advindas dos municípios inseridos, bem como das ações governamentais e/ou destinações de verbas para mitigar ou suavizar as problemáticas regionais desse semiárido extenso geograficamente e que apresenta uma série de peculiaridades ao longo do seu território.

Figura 1: Mapa com a delimitação da Região Semiárida Brasileira

Fonte: SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, 2017.

A região semiárida apresenta ainda uma estreita relação com os eixos que compõem o campo climático, devido aos parâmetros utilizados nas classificações técnicas e científicas para definir os municípios inseridos nessa delimitação. É necessário ressaltar que são levados em consideração pelos técnicos os elementos como a circulação geral da atmosfera, a pluviosidade anual inferior aos 800mm, índices de aridez e percentual hídrico, que são comuns e acabam caracterizando os estados e municípios inseridos na região. Estes elementos

contribuem para a seleção feita pelo Ministério da Integração Nacional (MI) na delimitação espacial do semiárido (BRASIL, 2018).

Através dos seus variados conceitos, debates e conseqüentemente a abertura de caminhos viáveis na produção científica, a geografia tem parcela significativa, de contribuição para refletir sobre o desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao semiárido. Sendo assim, a abordagem geográfica, sob o ponto de vista humano e cultural é capaz de elucidar elementos contextuais que pautem o ambiente rural, suas especificidades e as questões sociais pertinentes, tais que a vida dos jovens no ambiente rural semiárido, possibilitando um conhecimento mais amplo e contextual destes.

Ressalta-se que a leitura tida como movimentos socioterritoriais é uma releitura geográfica dos movimentos sociais existentes. Segundo Fernandes (2005), a necessidade de reconceitualização ocorreu em meados de 1980, quando os movimentos sociais passaram a figurar como objetos de estudo e investigação da geografia. Entretanto, o autor define que movimentos sociais e socioterritoriais são:

“um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade.” (FERNANDES, 2005 p.31).

Pedon (2009) indica que um movimento socioterritorial tem como um dos principais objetivos a conquista do território, já Fernandes (2005, p.31) complementa que: “os movimentos socioterritoriais, têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência.” Sendo assim, as lutas camponesas, por reocupação de territórios e conseqüentemente por reforma agrária figuram como elementos constituintes a configuração desses movimentos sociais. Destaca-se que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) é uma expressão dos movimentos sociais que se configuram tanto como socioterritorial quanto como socioespacial, devido ao poder organizacional dessa luta, o MST

consegue transitar nas diferentes formas de movimento. A princípio, pelas relações sociais que cria através de seus interesses e a forma direta que trata sobre eles. Posteriormente, pelo instrumento de luta ser o território, a organização social MST tem como elemento a produção dos seus próprios espaços e territórios.

No semiárido, a espacialização das lutas camponesas atreladas aos movimentos de reforma agrária, a atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais, da igreja e das ONG's, são elementos que contribuem com condições propícias para o surgimento, manutenção ou de vazão para a reprodução desses movimentos no contexto espaço-temporal. Levando em consideração a construção social sertaneja, em que os latifúndios e os grandes proprietários imperavam, o vasto contexto territorial é mola de intencionalidade e da ideia da transformação de espaços ermos em espaços produtivos que vão levar à institucionalização das lutas e configuração dos movimentos.

404

Os movimentos socioterritoriais têm como meio de ação prioritária a ocupação a qual Pedon (2009, p. 173) concebe como:

“um processo social e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência às lógicas hegemônicas de reprodução da sociedade e, por consequência, do espaço”. (PEDON, 2009 P.173).

Essa ação, atrelada às posteriores especializações e territorialização têm promovido mudanças nas dinâmicas sociais sertanejas, por promover a luta pela terra e conseqüentemente pela implementação dos projetos de vida diferenciados entre os camponeses integrantes de movimentos e os grandes proprietários. Além disso, utilizar desse novo instrumento de luta na busca por mecanismos que os salvaguardam para as novas representações camponesas, ou seja, a implementação de políticas públicas condizentes com as necessidades da nova população residente.

Esses movimentos permanecem em voga na sociedade atual, pois os

conflitos sociais empreendidos pelos movimentos sem-terra, fazem parte do imaginário histórico de criação e recriação das relações sociais hegemônicas impostas pelo capitalismo no campo e dão-se contra latifundiários e grandes proprietários. Conforme Pedon (2009) relembra que as lutas do movimento sem-terra estão de sobremaneira contrapostas à lógica do capital e da terra como negócio.

Isso se reflete em:

De maneira geral, os sem-terra ocupam terras em regiões onde os agentes hegemônicos do capital já se territorializou: são latifúndios, terras devolutas e/ou griladas. As lutas dos movimentos socioterritoriais sem-terra representam um processo de territorialização, cujo foco principal é a conquista da terra apropriada para o trabalho que permite a manutenção da vida contra a terra do “negócio” e da exploração. (PEDON, 2009. p. 176)

Decorrente desse processo de ação contra capitalista, os processos de ocupação, espacialização e territorialização são por vezes demorados e conflituosos. Todavia, quando vitoriosos, os movimentos de camponeses ali inseridos passam a abranger outras bandeiras de luta: se antes era a luta pela terra, agora essa luta é endossada através da busca por condições de vida nesses territórios rurais.

Ressalta-se que os diferentes grupos sociais não se reduzem apenas a expressão do MST, mas a outras lutas diferenciadas, igualmente organizadas, seja em sindicatos, organizações sociais, igrejas, dentre outras denominações. Levando como eixo central das suas lutas, a terra e/ou a conquista dela, diferentes do primeiro, estes novos atores sociais possuem diferentes estratégias para acessar os quinhões territoriais. Saem de cena os acampamentos, ocupações e os movimentos de territorialização e emergem outros planos, como a luta por inserção nas políticas públicas de acesso à estrutura fundiária, à possibilidade de beneficiamento, às linhas de crédito oferecidas pelo governo federal aos agricultores e jovens agricultores rurais.

As novas formas de organização, e conseqüentemente acesso a políticas, possuem um teor dialético: ao mesmo tempo em que representam avanços nas demandas de acesso e de fortalecimento para uma reforma agrária, buscam oferecer um caminho alternativo e que pode ser considerado um mecanismo de enfraquecimento aos movimentos socioterritoriais, já que o caminho deixa de ser a organização para a ocupação da terra e processos afins, sendo agora o de organização associativa para fins de efetuar a compra e venda de um imóvel rural, abrindo caminho para outros eixos de atuação, debate e ações da luta social. Evocando ainda a participação juvenil de forma ampliada e aproximada das instituições públicas de poder, como maneira de transpor as problemáticas vivenciadas no territórios rurais.

Levando em consideração o processo de reconhecimento juvenil, tido pelo governo e entidades ocorrido no início dos anos 2000, no qual esta juventude passou a figurar na sociedade de forma mais atuante e proativa, no contexto de ação dos movimentos socioterritoriais e das outras estratégias de luta desenvolvidas pelos jovens, que culminaram na implementação de assentamentos rurais oriundos da reforma agrária e como resultado na promulgação de políticas públicas para a juventude rural, que concluem a fundamentação importância desses elementos juvenis.

Dessa forma, é notória a necessidade de trazer o debate sobre a juventude rural no semiárido. Ressalta-se que a concepção de jovens para os principais órgãos que tratam sobre o tema, não possui um levantamento claro sobre a delimitação da faixa etária que compreende a juventude, então opta-se pela delimitação do IBGE, que considera a juventude a população entre 15 e 29 anos. Nesse caso, jovens inseridos em territórios rurais e participantes de movimentos que lutam por mecanismos de públicos para a melhoria da qualidade de vida no campo.

Com a realidade vivenciada a partir dos anos 2000, nota-se a inserção da

juventude rural nos diferentes grupos sociais, seja nos centros de formação do MST, nas atividades das ONGs, nos movimentos sindicais, atreladas aos eventos comunitários e científicos, ou em outros locais, que permitem a estes jovens a quebra de barreiras e maior participação em rodas de diálogos e debates. Esse cenário alça a juventude para além da participação comum, pois insere e garante condições de formação dos jovens do campo de ocuparem o espaço de ator social, ainda por cima, exercem papéis ativos em atividades públicas e nos eixos de representação política.

Nesse sentido, Castro (2008, p.118) suscitou que a juventude rural “é um fenômeno em movimento” ao indicar que os jovens rurais, contrariam as lógicas do isolamento e conseguem superar as fronteiras que os cercam no mundo rural, além de estarem ocupando e construindo cada vez mais espaços de representações políticas.

A nova perspectiva rural com esse jovem cada vez mais ocupando os espaços políticos e o protagonismo nos movimentos sociais rurais, traz à tona uma profusão de elementos que configuram a vivência juvenil e em sequência a categoria juventude, que vai ser entendida como um conceito empregado para identificar indivíduos diferentes entre si, que compõem uma importante categoria sociológica, apoiada na densidade de elementos e de significados, para compreender esses jovens e palco de uma série de espaços ocupados no contexto geográfico.

Dentre as conceituações encontradas, destaca-se Groppo (2000, p. 08) que concebe a juventude como uma “criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tido como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos”.

Ainda nesse cenário, de estudos diversos sobre a categoria juventude, Rosana Reguillo, sugere que:

La juventud es una categoria construida culturalmente, no se trata

de una esencia y, en tal sentido, la mutabilidad de los criterios que fijan los límites y los comportamientos de lo juvenil, está necesariamente vinculada a los contextos sociohistóricos, producto de las relaciones de fuerza en una determinada sociedad. (REGUILLO, 2007. pp 48-49)

Apesar de delimitar a juventude como uma categoria, a autora chama a atenção sobre essa variabilidade dos critérios que dizem respeito aos limites e comportamentos juvenis. Dessa forma, ela faz a ponte que essa categoria emerge do cerne cultural, como um elemento de popular de construção, de modo que está intimamente ligada aos contextos coletivo e histórico desta sociedade.

Há uma profusão polissêmica de conceitos e de diversidade enquanto categoria social que a juventude se expressa e demonstra sua face relevante, seja ela de movimento, de culturas vivenciadas, de lutas empreendidas e o principal, na formação da consciência do ser jovem e do seu poder na sociedade. Aliás, ser jovem ou juventude, como destaca Castro (2010) são perguntas que atravessam o imaginário brasileiro, estas com levantamentos e discussões, que cada vez mais se encontram em meios digitais, escolares, políticos e informacionais, possuindo um caráter abastado de elementos para responder as indagações pertinentes sobre o desenvolvimento do que é ser jovem ou juventude nessa sociedade.

Castro (2010), segue a linha de raciocínio dos autores que suscitaram a juventude como categoria social. Para ela o termo se configura como uma categoria social, concebida num contexto histórico e social de uma sociedade organizada e hierarquizada, conforme o capitalismo, de outro modo, uma sociedade de cunho capitalista.

De acordo com a autora, torna-se necessário pontuar que esse conceito atual de juventude, está intimamente ligado ao processo de formação da sociedade patriarcal burguesa e a hierarquia “determinada”, que sempre privilegiou os homens. Em outras palavras, relacionam-se com as construções

sociais dos modelos familiares vigentes no seio burguês e a naturalização de padrões, que oprimem e violentam qualquer pessoa que saia do padrão cisheteronormativo.

Diante disso, a autora arremata que:

juventude é uma categoria construída no bojo desse processo de configuração da família burguesa, centrada na figura paterna e aonde os filhos aparecem ocupando uma posição subordinada. (CASTRO, 2010 p.18)

Essa posição de subordinação recai de sobremaneira no mundo rural e nas suas amarras dos espaços de poder sendo nessa seara que se insere a juventude rural, como herdeira das conquistas territoriais obtidas pelos pais ou líderes mais antigos da organização e que estão inseridos nos eixos dos movimentos socioterritoriais. Porém, esses entes juvenis possuem potencial para serem atores sociais e políticos que lutam e reivindicam seus direitos e propõem o desenvolvimento de políticas públicas que melhorem a qualidade de vida e promovam a visibilidade dos mesmos no semiárido brasileiro.

A priori, a subordinação se justifica pela forma de expressão juvenil na sociedade como sujeito de problemas, porém quando essa juventude é reconhecida como sujeito de direitos e como ator estratégico de desenvolvimento, sendo amparados pelos dispositivos da lei e pelas diferentes organizações da sociedade civil, passam a ganhar visibilidade no ambiente rural e figurar nos diferentes espaços de poder.

A concepção de juventude, pela amplitude do termo, remete-nos a lembrança de que os entes juvenis que estão abrigados nessa categoria, encontram-se distribuídos em diferentes espaços e comunidades dos centros urbanos e rurais, o que diversifica as experiências e dinamiza o jovem na sociedade. Diante disso, optamos por privilegiar os jovens dos movimentos sociais, para centrar a discussão no diálogo com os sujeitos da pesquisa.

As conotações de juventude, no território camponês, ganham diferentes contornos devido às variadas formas de vivência no campo. Nele, encontramos jovens dentro de comunidades tradicionais, assentamentos e quilombos, dentre outras conformações que equivalem a viver nos territórios rurais brasileiros. Como ressalta Castro (2005), a identidade da juventude rural é construída no sentido da autoidentificação desses jovens, já que as expressões, “jovem rural”, “jovem da roça”, “jovem do campo”, são formas correlatas para o mesmo sujeito, podendo ser utilizadas para se remeter a essa categoria profícua e, mesmo assim, colher elementos que contemplem a amplitude do termo na abordagem dos jovens camponeses.

A profusão de componentes que abarcam as diferentes formulações e identificações sobre a juventude rural, recaem no que concerne a multidimensionalidade de termos e características dessa conformação. Nesse sentido, Galindo (2014, p.124) corrobora que “a multidimensionalidade da categoria juventude rural também deve ser compreendida a partir dos componentes étnico, de gênero, territorial, de orientação afetivo-sexual e religioso.”

Outro fator que a autora defende é que essa diversidade deve ser reconhecida e integrada aos debates de políticas públicas, inclusive, dentro de uma perspectiva que mantenha o cerne da categoria, não dando margens a dissoluções, que poderiam fragilizar a importância dessas nos eixos governamentais.

Vale ressaltar, que diferente das relações urbanas, o período transitório da infância e adolescência, predicados na chegada a vida adulta no campo, apresenta outras caracterizações, como indica Sales (2003, p. 134) “no mundo rural a linha divisória que demarca a superação da infância e da juventude para vida adulta é o casamento e a formação de prole”.

Essa constatação, dar-se em diferentes composições familiares do sertão e

permitem construir a leitura, do casamento e a formação de prole, para além do ingresso na vida adulta. O matrimônio na construção do imaginário dos jovens sertanejos, pode representar a libertação da posição subsidiária aos eixos patriarcais de ação, representatividade e respeito impostos pela constituição da sua própria família.

Nas contribuições de Sales (2003), desenvolvidas no assentamento Antônio Conselheiro, no estado do Ceará, foram dirigidas questões a jovens locais, no tocante ao que era ser jovem no rural. As respostas que foram se sucedendo e construindo a imagem sobre esse “ser jovem” culminaram em termos como: alegria, felicidade, luta e liberdade. “Vozeificar” esses jovens é um elemento relevante, vide as construções sociais que fazemos dessa multiplicidade de jovens recai diretamente das nossas concepções de mundo.

Desse modo, o próximo tópico versará a apresentação de três políticas públicas em benefício da juventude e na abordagem de alguns critérios estabelecidos nelas, para que estes jovens sejam contemplados. Posteriormente, serão apresentados alguns elementos pertinentes à juventude semiárida do município de Serra Talhada-PE.

AS POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE RURAL

No sentido de maior participação juvenil e desenvolvimento de políticas públicas para a juventude, pretende-se indicar as primeiras que ganham destaque no âmbito nacional. Dessa forma, citam-se três políticas públicas em benefício da juventude rural: Pronaf Jovem, Nossa Primeira Terra (NPT) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Pró jovem campo) - Saberes da Terra, que são vinculados aos ministérios federais e na sua atuação tendem a promover linhas de crédito, qualificar e desenvolver projetos e políticas educacionais para estes jovens, dentre outras vertentes.

PRONAF JOVEM

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), é uma linha semelhante a versão adulta, só que nesse caso, a linha de crédito oferecida atende jovens rurais e jovens filhos de produtores, dando-lhes facilidades e/ou vantagens nas linhas de crédito, para que estes jovens possam financiar suas atividades produtivas nas áreas rurais do território nacional. Os recursos provenientes das linhas disponibilizadas, tem seu uso pautado na implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços nos estabelecimentos rurais.

Os parâmetros para ser beneficiário do PRONAF – JOVEM são: ter idade entre 16 e 29 anos, possuir declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e cumprir um dos elementos que diz respeito aos aspectos formativos, que podem ser: ter cursado ou estar cursando alguma capacitação nos centros familiares de formação alternada, a alternância como um princípio pedagógico que norteia a formação desses jovens conforme a realidade que está intrínseca a sua vivência. Outro elemento que pode ser utilizado é a formação nas escolas técnicas ou agrícolas que comportam o nível médio, dentre outros.

412

NOSSA PRIMEIRA TERRA (NPT)

O programa Nossa Primeira Terra (NPT) é uma das linhas de crédito do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e tem como objetivo atender trabalhadores (as) rurais, no sentido de promover a aquisição, através do financiamento de imóveis rurais para exploração e desenvolvimento do projeto de vida em regime familiar. É necessário ressaltar que o PNCF é subsidiário e tem caráter complementar à política de reforma agrária, sendo o financiamento advindo dos recursos da União. Contudo, a operacionalização do programa é feita mediante a parceria entre a Secretaria de Reordenamento Agrário (MDA) e dos governos estaduais, a partir dessa parceria e da liberação de linhas de créditos, podem ser financiadas terras e/ou feitos investimentos em infraestruturas produtivas.

Conforme mencionado, o NPT é uma das linhas de crédito do PNCF que visa atender aos jovens inseridos no meio rural e como efeito permitir o seu empoderamento. Estes jovens precisam está dentro dos parâmetros do programa, que são: ter idade entre 18 e 29 anos, estar inserido no meio rural, estudar nas escolas agrotécnicas e /ou centros de formações alternadas, além da intencionalidade de promover o desenvolvimento de um projeto de vida no meio rural.

COMBATE À POBREZA RURAL (CPR)

Outra linha de crédito, que pode beneficiar a juventude rural, já que segue padrões semelhantes ao NPT, é a linha de Combate à Pobreza Rural – CPR, que está vinculada ao Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF/Social e que tem por finalidade beneficiar os (as) trabalhadores (as) rurais em situação de pobreza, que possuam rendimentos que não ultrapassem os 9 mil reais/ano e estejam inscritos (as) no CAD-Único. Diferente da linha apresentada anteriormente, que só permite acesso e financiamentos individuais, a CPR, pode ser acessada de forma coletiva ou individual, mas seu financiamento permanece sendo realizado de forma individual.

413

A forma coletiva de acesso promove a necessidade de formação de associações juvenis, registradas em cartório e com documentados em dia, para prosseguir o procedimento de aquisição de terra, que se realiza por meio da utilização do Subprojeto de aquisição de Terras – SAT. Enfatiza-se que esse projeto garante aos beneficiários, outros recursos para estruturar as áreas adquiridas.

PROJOVEM CAMPO – SABERES DA TERRA

O programa Projovem Campo – Saberes da terra é uma confluência de programas ocorridos em meados de 2007, quando os ministérios da Casa Civil, Educação e do Trabalho e Emprego resolveram juntar os programas que desenvolviam em paralelo e tinham suas linhas voltadas à educação de jovens e

adultos num único programa nacional, do qual surgiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), que abarcou quatro modalidades de atendimento juvenil, sendo o Projovem Campo – Saberes da Terra, uma linha mais voltada às áreas rurais do território nacional.

Com essa nova roupagem, os parâmetros para ser beneficiário do programa são: ser jovem agricultor rural entre 18 e 29 anos, residir no campo e dentre e não ter concluído o ensino fundamental na idade regular. A partir disso, é oferecido uma modalidade ensino profissional que promove aos jovens inseridos nessa faixa etária a escolarização coaduna ao processo de qualificação. A perspectiva do programa é levar em consideração no processo formativo os saberes populares e científicos, fazendo pontes articulatórias entre ambos para contribuir com os conteúdos ministrados e conseqüentemente com a formação desses jovens.

Diferente dos programas anteriores, que funcionam através da oferta e concessão de linhas de créditos, para formação ou ampliação dos processos produtivos e das questões de acesso jovem à terra, o Projovem ganha outros contornos: vem para mitigar outro importante eixo nas comunidades rurais brasileiras que é a falta de escolarização das pessoas inseridas no rural. Nesse sentido, são propostas atividades de educação contextualizadas que promovam a maturação do conhecimento desses jovens e no desenvolvimento local.

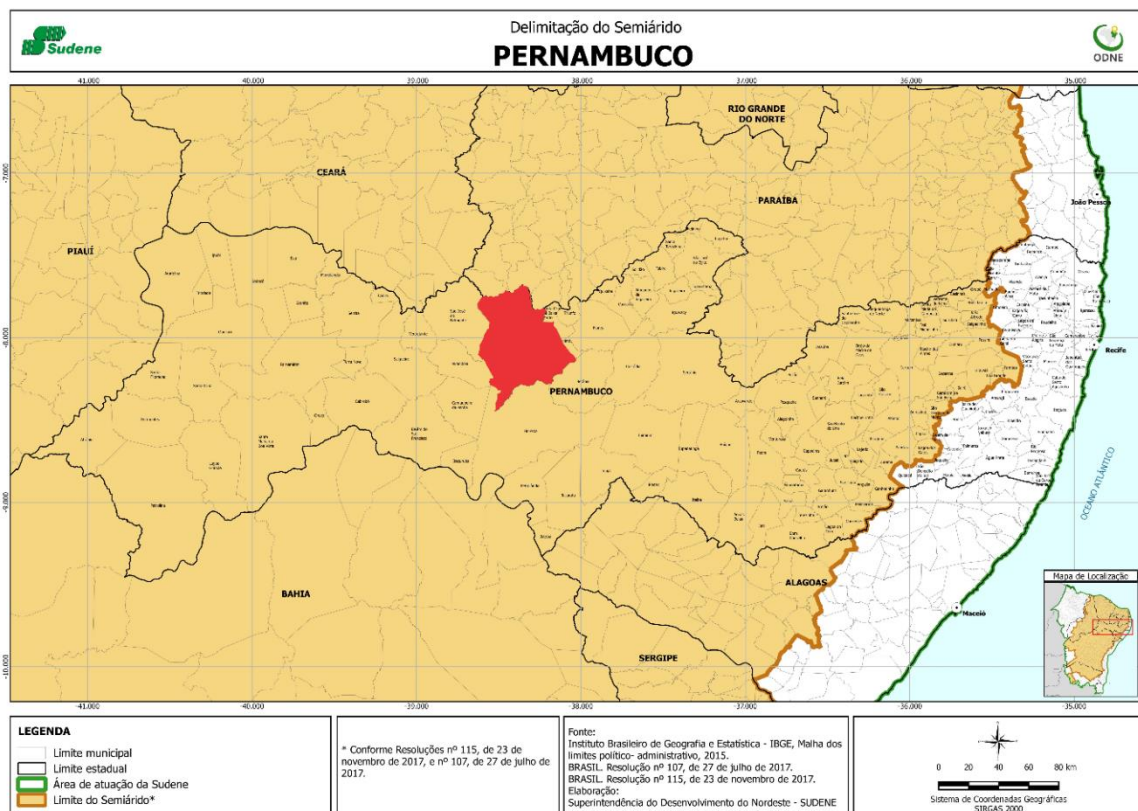
Apesar de não aprofundar as leituras sobre as três políticas públicas citadas, pelo caráter inicial da pesquisa, é possível observar que mesmo diante de eixos de atuação diferenciados, essas políticas podem ser consideradas benéficas aos jovens inseridos no sertão semiárido e lidas, a partir dos seus efeitos integrados, por versarem de acesso à moradia, educação e investimento em infraestrutura para os jovens do campo. Essas políticas, quando atreladas a outros programas sociais do governo, maximizam os ganhos das populações inseridos no contexto rural.

A propósito, o recorte de estudo foi delimitado mediante ao contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada/PE, que informou sobre a existência do Assentamento dos Agricultores e Agricultoras de Nova Esperança de Santa Rita – Serra Talhada/PE, formado por jovens agricultores, no ano de 2004, a partir do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF.

Com base nisso, foram feitos os primeiros campos exploratórios, divididos em dois momentos: no primeiro, a visita ao órgão gestor do PNCF em Pernambuco, o Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco (ITERPE), na qual se tinha a finalidade de obter informações sobre o desenvolvimento do programa no estado e do assentamento analisado. No segundo momento, foi realizada a visita ao assentamento, com reconhecimento espacial e conversas iniciais com os residentes. De modo que foram obtidas as primeiras informações sobre o processo de organização da associação, formação do assentamento e histórico de desenvolvimento da vida e da produção dos assentados após a inserção na linha de crédito fundiário.

O assentamento em questão está localizado no distrito de Santa Rita, a 18 km do município de Serra Talhada – PE (Figura 02), na mesorregião do sertão Pernambucano (Sertão do Pajeú), tendo como ano de instituição 2004, quando o programa de crédito fundiário ganhou grande proporção no cenário nacional.

Figura 2: Mapa com a delimitação do semiárido no estado de Pernambuco, com destaque em vermelho, para a localização do município de Serra Talhada/PE.



Fonte: SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, 2017

416

Conforme relatos dos jovens, a história de articulação e instituição tem a fundamental participação deles, atores sociais que visavam novas possibilidades de viver no rural, bem como do sindicato dos trabalhadores rurais do município, que foi o órgão responsável pela apresentação do projeto aos entes juvenis, com contribuição da diretora de juventude, que tratou sobre o programa e explicou aos interessados quais seriam os procedimentos necessários para ser beneficiado pela política.

Determinados a conseguir acessar o programa, o grupo de jovens, inicialmente ligados à igreja do distrito de Santa Rita, iniciou as primeiras articulações, buscando compreender os parâmetros estabelecidos e quais as documentações necessárias à inserção na política pública. Cabe ressaltar que ao longo desse processo de formação, foram desistindo alguns jovens, pela burocracia enfrentada e as dificuldades em conseguir juntar as documentações requisitadas.

Além dos documentos pessoais, o relato dos jovens é enfático sobre a

necessidade de montar uma associação e registrar o estatuto em cartório, para a partir de então, com toda documentação organizada (cópia de estatuto, ata de criação, certidões, entre outros), ser dado prosseguimento no processo para encontrar uma terra a venda, com no mínimo 80 hectares, sem hipotecas ou qualquer outra restrição, para informar ao ITERPE, que ficava encarregado de mandar técnicos com intuito de medir a terra, dando assim os primeiros passos do processo de avaliação e posterior compra do imóvel rural.

Após os momentos de organização de documentos, avaliação e ida ao banco com intuito de concluir os trâmites burocráticos, os jovens do assentamento em tela, conseguiram comprar o imóvel rural por R\$ 60 mil e ficaram responsáveis pelo pagamento de mais de 20 parcelas, com valores distribuídos igualmente entre eles, com finalidade de quitação do bem comprado. Salienta-se que o imóvel que eles compraram foi avaliado pelo banco em R\$ 120 mil, sendo assim, com o dinheiro restante, os membros da associação garantiram a possibilidade de melhorar a área comprada, com o direito de adquirir gado leiteiro e/ou caprinos para criação e geração de renda. Esta verba era liberada gradualmente e necessitava da comprovação da compra e efetivação do serviço para liberação do dinheiro para pagamento.

Contudo, de 2004 até os dias atuais, o histórico de desenvolvimento desses jovens começou a esbarrar nas sucessivas mudanças governamentais no âmbito federal e as ocorridas nos respectivos ministérios que ao longo dos anos, provocaram quedas acentuadas na destinação de verbas aos programas, que atendiam a juventude rural e os outros grupos sociais inseridos no campo. Essas mudanças contiveram a ascensão juvenil, mas as lutas empreendidas por esses não se encerram aí. Os mesmos buscam melhorias contínuas e formas de garantir a qualidade de vida.

Na atualidade, os jovens que formaram o Assentamento dos Agricultores e Agricultoras de Nova Esperança de Santa Rita, permanecem na terra, produzindo,

plantando e colhendo, lembrando dos processos que vivenciaram para garantir a aquisição de um quinhão de terra, mas saudosos de um período de intensas vitórias, que contribuiu com a instituição do assentamento rural para a transformação das suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados até o presente momento aqui analisados ainda representam um estágio inicial da pesquisa, ou seja, de modo preliminar, sem pretensão de finalizá-lo. Assim, a contribuição inicial indica que a juventude inserida no semiárido, após anos de invisibilidade, passou a ter seus direitos sociais reconhecidos e a partir disso a formulação de programas sociais e políticas públicas no tocante à educação do campo, inserção dos jovens na estrutura fundiária e nos processos produtivos vigentes no campo, de modo que, as ações quando vistas sob a ótica integralista deram outra perspectiva ao mundo rural com o viés da permanência, fixação e conseqüentemente o desenvolvimento dos projetos de vida desses jovens nos territórios rurais semiáridos.

418

Torna-se imprescindível ressaltar que o avanço da pesquisa possibilitará informações mais concretas da juventude assentada e dos seus residentes, bem como das suas bandeiras de luta e os processos intrínsecos à realidade vivenciada. Nesse sentido, indicando como a luta e a consecução das políticas públicas promove a estes jovens o desenvolvimento de novas práticas.

Por fim, destaca-se que os programas sociais e as políticas públicas, atreladas à ação dos movimentos sociais organizados e das entidades sociais que auxiliam os sertanejos, com projetos, atividades e eventos, trazem o jovem rural do eixo da passividade para a condição de protagonista de novas ideias, desejo de mudança e como usufrutuário das políticas conquistadas mediante a luta frente ao governo, bem como, o desenvolvimento de novos fomentos sociais que permitam a ascensão desses jovens aos ambientes de poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Semiárido Brasileiro. 2018. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=sobre> Acesso em 26.mar.2020

BARREIRA, C. **Trilhas e Atalhos do Poder: Conflitos Sociais no Sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo,Ed.,1992.

CASTRO, E. G. Juventude: hierarquia social e relações de poder na luta pela construção de um ator político In:Piccin, Maurício Botton, org. **A hora e a vez da juventude: educação, trabalho e outros direitos da juventude para desenvolver o Brasil e o Rio Grande do Sul / Maurício Botton Piccin.org** – São Paulo : Página 13, 2010.

CASTRO, E. G. As Jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais. In: Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker. (Org.). **Reforma Agrária e desenvolvimento** - desafios e rumo as da política de assentamentos rurais. Brasília/ São Paulo: MDA/UNIARA, 2008, v., p. 112- 130.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, n. 6. 2005. Disponível em: <www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf> Acesso em: 04 Out. 2019.

GALINDO, E. D. S. Juventude rural e políticas públicas no Brasil. In: Marilda Aparecida de Menezes; Valmir Luiz Stropasolas; Sergio BottonBarcellos.. (Org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. 1ed. Brasília: Presidência da República, 2014, v. 1, p. 122-132.

GROPPO, Luís Antônio, **Juventude: ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas**, Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido: uma visão holística**. CONFEA/CREA: Brasília, 2007

PEDON, N. R. **Movimentos Socioterritoriais: Uma contribuição à pesquisa**

Geográfica. Tese (Doutorado em Geografia) UNESP, 2009. 240 f.

PRADO Jr. C. **A questão agrária no Brasil**. - Ed. Brasiliense. São Paulo, 1979.

REGUILLO, R. Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión In: Juventude e contemporaneidade. In: Favero, O. et al. (Orgs.). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. Disponível

em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=648-vol16juvcont-elet-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 5 Set. 2019.

SALES, C. M. V. **Criações Coletivas da Juventude no Campo Político**: Um Olhar Sobre os Assentamentos Rurais do MST. Tese (Programa de pós Graduação em Educação - Faculdade de Educação) UFC, 2003. 321 f.

TRINDADE, D. R. **Constituição do Ser Jovem Camponês no contexto de assentamentos da reforma agrária na microrregião Guanambi**, Bahia. Tese (Doutorado em Educação) UNB, 2015, 357f.

Submetido em: 29 de março de 2020.

Aprovado em: 13 de maio de 2020.

Publicado em: 30 de maio de 2020.